



Consórcio Intermunicipal de Saúde
Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR
Concurso Público 01/2026

CADERNO DE PROVA

ASSESSOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA



3 horas



50 questões



4 alternativas



Saída permitida somente após 1 hora de prova



O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

- ⌚ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ⌚ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ⌚ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ⌚ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ⌚ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Telemedicina: avanços e desafios na integração da tecnologia à prática médica

A telemedicina, definida como o uso de tecnologias de comunicação e informação para fornecer cuidados de saúde à distância, tem se tornado uma ferramenta essencial na modernização dos sistemas de saúde globais. Desde sua implementação inicial, que remonta ao uso do telégrafo e do rádio para transmitir informações médicas, a telemedicina evoluiu significativamente, sendo potencializada pelo advento da internet e de tecnologias digitais avançadas. Essa prática ganhou relevância particular durante a pandemia de COVID-19, em que a necessidade de manter o distanciamento social impulsionou sua adoção em uma escala sem precedentes.

A pandemia de COVID-19, em particular, acelerou o processo de adoção da telemedicina em todo o mundo. As restrições impostas pela necessidade de isolamento social e o aumento da demanda por serviços de saúde forçaram muitos países a implementar rapidamente sistemas de telemedicina, mesmo onde anteriormente havia resistência ou regulamentações limitantes. No Brasil, a telemedicina foi regulamentada de forma emergencial em 2020, com a finalidade de garantir o atendimento a pacientes sem expô-los ao risco de contágio.

O conceito de telemedicina abrange uma ampla gama de aplicações, desde consultas simples por videoconferência até o monitoramento remoto de pacientes crônicos e intervenções cirúrgicas robóticas. A sua importância reside em sua capacidade de transformar a prática médica tradicional. Ela tem se tornado cada vez mais essencial no contexto global de saúde, especialmente diante das demandas crescentes por acessibilidade, qualidade e eficiência nos serviços médicos e pode proporcionar conveniência e acessibilidade para pacientes que precisam receber cuidados médicos sem a necessidade de deslocamento físico, economizando tempo e custos associados ao transporte e ao tempo de espera. Além disso, o uso de plataformas digitais reduz a sobrecarga de hospitais e clínicas, permitindo que os profissionais de saúde se concentrem em casos mais graves, o que melhora a eficiência do sistema como um todo.

A telemedicina está redesenhando o panorama da saúde global. Seu futuro depende de como os desafios atuais serão enfrentados e de como as novas tecnologias serão integradas de maneira ética e inclusiva.

Fonte: LUZ, M. R. M. *et al.* Telemedicina: avanços e desafios na integração da tecnologia à prática médica. **Revista Contemporânea**, vol. 4, n°. 10, 2024 (com adaptações).

Questão 01. A compreensão de um texto dissertativo exige a identificação de como o autor estrutura seus argumentos e articula fatos ao longo da exposição para fundamentar seu ponto de vista. Diante dos mecanismos de fundamentação mobilizados na composição do texto, e considerando a progressão lógica das ideias e os pressupostos implícitos e explícitos, é CORRETO inferir que a trajetória histórica da telemedicina:

- (A) Apresenta uma dinâmica de desenvolvimento incremental, cuja evolução se confunde com a própria história dos meios de telecomunicação.
- (B) Desenvolveu-se de maneira intermitente, carecendo de relevância prática e social antes da eclosão de crises sanitárias contemporâneas.
- (C) Teve suas diretrizes fundamentais delineadas no cenário nacional para mitigar assimetrias geográficas na distribuição de profissionais.
- (D) Inaugurou-se de forma imediata na modernidade, impulsionada estritamente pela universalização do acesso às redes de internet.

Questão 02. No texto, os autores estabelecem um nexo causal entre a eclosão da crise sanitária global de 2020 e as transformações institucionais que viabilizaram a expansão da telemedicina, sugerindo que cenários de excepcionalidade alteram os ritmos de aceitação de novas práticas. Diante do quadro argumentativo apresentado, depreende-se que o fator determinante para a superação das barreiras burocráticas e das resistências regulatórias foi:

- (A) A necessidade imperativa de isolamento social somada à sobrecarga da demanda por assistência médica.
- (B) A obsolescência estrutural e tecnológica diagnosticada nos modelos tradicionais de atendimento clínico.
- (C) O consenso unânime alcançado pela comunidade médica global quanto à infalibilidade e à segurança jurídica imediata dos atendimentos remotos.
- (D) O alinhamento estratégico e a pressão econômica exercidos por conglomerados transnacionais da tecnologia digital avançada.

Questão 03. Ao examinar as potencialidades e as repercussões da telemedicina no ecossistema de saúde global, depreende-se que a relevância dessa modalidade para a eficácia do sistema reside primariamente na:

- (A) Sub-rogação irrestrita da prática clínica presencial, conferindo às plataformas digitais a exclusividade no manejo de qualquer natureza de quadro patológico.
- (B) Unificação dos processos de alta complexidade em ambientes virtuais, mediante a aplicação de protocolos automatizados e operados por inteligência artificial.
- (C) Dinamização da estrutura de atendimento, ao proporcionar ganhos logísticos aos pacientes e promover uma gestão mais racional dos leitos.
- (D) Mitigação das despesas fixas com infraestrutura física, viabilizando o encerramento de postos de triagem e de atendimento de urgência local.

Questão 04. No final do texto, os autores constroem uma projeção prospectiva acerca do desenvolvimento da telemedicina. Tendo em vista a estratégia de fechamento argumentativo adotada e os sentidos decorrentes desse fragmento, analise as três partes que seguem:

(1ª parte): Depreende-se do trecho que a mera sofisticação instrumental das plataformas digitais, por si só, é insuficiente para garantir o sucesso da telemedicina.

(2ª parte): A conclusão do texto projeta um cenário de interdependência entre o desenvolvimento técnico e o vetor social, sugerindo que o avanço da telemedicina deve ser acompanhado pela democratização do acesso.

(3ª parte): Atribui-se à telemedicina um papel ativo e transformador na contemporaneidade, caracterizando-a como um vetor de reconfiguração estrutural da saúde em escala mundial.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

Questão 05. Analise o emprego das vírgulas no seguinte fragmento do segundo parágrafo do texto: **No Brasil, a telemedicina foi regulamentada de forma emergencial em 2020, com a finalidade de garantir o atendimento...**

A respeito da justificativa gramatical e do efeito de sentido decorrente da marcação por vírgulas nesse trecho, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A segunda vírgula é obrigatória por separar uma oração coordenada adversativa, evidenciando uma quebra de expectativa em relação à regulamentação.
- (B) A segunda vírgula isola uma estrutura condicional, funcionando como uma pausa que organiza as justificativas socio-humanitárias do ato normativo.
- (C) A retirada de ambas as vírgulas comprometeria irremediavelmente a correção sintática do período, gerando um erro de concordância nominal.
- (D) A primeira vírgula isola um adjunto adverbial de lugar que, por estar deslocado para o início do período e possuir curta extensão, é facultativa.

Questão 06. O vocábulo **ferramenta** apresenta uma assimetria entre a sua representação gráfica e a sua realidade fonética, sendo constituído formalmente por 10 letras e 8 fonemas. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta um vocábulo extraído do texto que possui o mesmo número de fonemas que a palavra mencionada.

- (A) processo.
- (B) pandemia.
- (C) consultas.
- (D) contexto.

Questão 07. Considere o trecho do primeiro parágrafo e, com base em aspectos morfofossintáticos e ortográficos da norma-padrão, analise as assertivas que seguem:

Essa prática ganhou relevância particular durante a pandemia de COVID-19...

- I. No contexto gramatical em que se insere, o vocábulo **particular** classifica-se morfológicamente como um adjetivo que especifica o substantivo **relevância**.
- II. Os vocábulos **prática** e **relevância** são acentuados graficamente com base na mesma regra gramatical, que determina a acentuação de vogais abertas.
- III. No contexto oracional, o vocábulo **Essa** classifica-se morfológicamente como um pronome demonstrativo e desempenha a função sintática de adjunto adnominal do substantivo a que acompanha.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 08. No terceiro parágrafo, afirma-se que a triagem realizada pelas plataformas digitais de atendimento médico **reduz a sobrecarga de hospitais e clínicas**. A expressão **sobrecarga**, no ambiente semântico da gestão em saúde global abordado pelo texto, traduz-se fielmente como:

- (A) A deterioração física estrutural e o sucateamento dos equipamentos tecnológicos das unidades.
- (B) O colapso financeiro decorrente da inadimplência dos usuários de planos de saúde privados.
- (C) A saturação da capacidade operacional e o esgotamento do fluxo de atendimento.
- (D) A hipertrofia burocrática dos sistemas de regulação que atrasa a liberação de procedimentos cirúrgicos complexos.

Questão 09. Com base na compreensão global do texto e na hierarquia das ideias estruturadas pelos autores ao longo do seu desenvolvimento argumentativo, analise as assertivas que seguem:

- I. O assunto principal do texto restringe-se à análise do impacto da pandemia de COVID-19 na infraestrutura tecnológica dos hospitais públicos brasileiros.
- II. A menção histórica ao uso do telégrafo e do rádio atua como a ideia principal do texto, da qual derivam as discussões sobre a legislação de 2020.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está incorreta.
- (B) Apenas II está incorreta.
- (C) I e II estão incorretas.
- (D) I e II estão corretas.

Questão 10. Analise a estrutura sintática da seguinte oração extraída do terceiro parágrafo do texto:

Ela tem se tornado cada vez mais essencial no contexto global de saúde...

A respeito do termo sublinhado e da correta classificação do seu sujeito segundo a gramática normativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A presença do pronome átono **se** atua como índice de indeterminação do sujeito, tornando a oração um exemplo de sujeito indeterminado de terceira pessoa.
- (B) Trata-se de um caso de sujeito oculto, visto que o verdadeiro núcleo substantivo do termo se encontra formalmente fora dos limites dessa oração.
- (C) Configura um sujeito simples, cujo núcleo é o pronome **Ela**, o qual se encontra expresso e realiza a concordância com a locução verbal.
- (D) Trata-se de uma oração sem sujeito, uma vez que o verbo **tornar-se** assume caráter impessoal ao indicar uma transição de estado contínua.

MATEMÁTICA/INFORMÁTICA

Questão 11. A farmácia central do consórcio distribuiu em um dia um total de 160 caixas de dois medicamentos específicos, Alfa e Beta, para atender à demanda dos municípios integrados. O estoque do medicamento Alfa é armazenado em caixas que contêm 20 frascos cada, enquanto as caixas do medicamento Beta contêm 50 frascos cada.

Sabendo que o número total de frascos distribuídos somou exatamente 5.000 unidades, qual foi a quantidade de caixas entregues especificamente do medicamento do tipo Alfa?

- (A) 80 caixas.
- (B) 110 caixas.
- (C) 90 caixas.
- (D) 100 caixas.

Questão 12. A diretoria de um consórcio de saúde decidiu pavimentar uma área retangular interna de sua sede, cujas dimensões são de 12 metros de comprimento por 8 metros de largura. No centro desse espaço, haverá um canteiro verde circular com diâmetro correspondente à metade da largura total do terreno pavimentado.

Considerando a aproximação de π igual a 3, calcule a medida da área que receberá efetivamente o piso, excluindo a região que será destinada ao canteiro de plantas, e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 90 m².
- (B) 84 m².
- (C) 72 m².
- (D) 48 m².

Questão 13. Um reservatório de água em formato de cilindro circular reto foi instalado na sede do consórcio para garantir o abastecimento em períodos de manutenção. Esse tanque possui um diâmetro interno de 4 metros e uma altura total de 6 metros. Sabendo que no momento o nível da água atinge exatamente dois terços da capacidade máxima de armazenamento do cilindro, qual é o volume de água presente no reservatório? Considere a aproximação de π igual a 3 para a realização do cálculo.

- (A) 48 m³.
- (B) 72 m³.
- (C) 36 m³.
- (D) 96 m³.

Questão 14. O consórcio intermunicipal revisou o contrato de manutenção de seus equipamentos laboratoriais e obteve um desconto de 8% sobre o valor cobrado originalmente pela empresa prestadora. Sabendo que, após a aplicação desse abatimento percentual, o novo valor faturado mensalmente pelo consórcio passou a ser de exatamente R\$ 11.040,00, qual era o custo cobrado pela prestadora de serviços antes da negociação realizada pela diretoria administrativa do órgão?

- (A) R\$ 11.000,00.
- (B) R\$ 10.500,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 11.500,00.

Questão 15. Um plano de metas para a realização de exames preventivos foi traçado por um consórcio de saúde para os próximos meses. Ficou estabelecido que o número de atendimentos crescerá mensalmente segundo uma progressão aritmética. Sabe-se que no segundo mês de execução do projeto serão realizados 400 exames e que, no quinto mês, esse número saltará para 520 exames. Diante disso, determine quantos procedimentos preventivos estão programados para serem feitos no décimo mês desse plano e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 640 exames.
- (B) 760 exames.
- (C) 680 exames.
- (D) 720 exames.

Questão 16. Muitos usuários confundem a **Central de Notificações** com o menu de **Configurações Rápidas** do Windows 11, uma vez que ambos os recursos estão posicionados no canto inferior direito da Barra de Tarefas. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve uma ação que pode ser executada exclusivamente por meio do menu de **Configurações Rápidas** (Windows + A) e não pela **Central de Notificações** (Windows + N).

- (A) Visualizar o calendário mensal com a data atual e consultar os compromissos agendados no sistema.
- (B) Limpar o histórico e gerenciar o agrupamento de alertas emitidos por aplicativos de segurança ou antivírus.
- (C) Ativar o recurso de Luz Noturna ou gerenciar conexões de dispositivos sem fio via Bluetooth.
- (D) Visualizar e interagir com o resumo de uma mensagem ou menção recebida no Microsoft Teams.

Questão 17. Durante uma auditoria de segurança da informação nos computadores do CISCOPAR, os técnicos de suporte orientaram os servidores a revisarem as configurações de privacidade dos navegadores de internet para evitar o rastreamento excessivo de dados e o vazamento de informações institucionais. No Google Chrome, a seção **Privacidade e segurança** centraliza os principais comandos para controle de dados, navegação e permissões de hardware. Com base nas ferramentas disponíveis nessa seção, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Na seção **Guia de Privacidade**, o usuário pode gerenciar globalmente ou por domínio individual as permissões de acesso a componentes de hardware instalados na máquina, como a **Câmera** e o **Microfone**.

(2ª parte): Na seção **Excluir dados**, o usuário pode excluir imagens e arquivos em cache, o histórico de downloads e desinstalar drivers do sistema operacional.

(3ª parte): Na seção **Cookies de terceiros**, o usuário pode selecionar a opção **Bloquear cookies de terceiros** para impedir que redes de anúncios monitorem seus hábitos de navegação em múltiplos sites.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 3ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão incorretas.

Questão 18. No cotidiano administrativo do CISCOPAR, os servidores manipulam constantemente uma grande quantidade de documentos digitais, como editais de licitação, contratos de rateio e prontuários médicos. Para otimizar a localização e a triagem rápida desses documentos sem a necessidade de abrir múltiplos arquivos simultaneamente, os funcionários utilizam os recursos avançados de interface, atalhos e modos de exibição do **Explorador de Arquivos** do Windows 11. Considerando as funcionalidades da barra de ferramentas superior e os comandos de navegação desse gerenciador de arquivos, analise as assertivas que seguem:

- I. O modo de visualização **Lista** é o único que exibe o tamanho exato de arquivos de texto e planilhas em kilobytes (KB) logo ao lado do nome do arquivo.
- II. Na barra de ferramentas superior, o botão **Visualizar** permite ativar o **Painel de Visualização**, que mostra o conteúdo de um arquivo (como um PDF ou imagem) à direita da tela, antes mesmo de abri-lo.
- III. Para fechar rapidamente uma aba/guia específica que esteja ativa no **Explorador de Arquivos** sem fechar a janela inteira, o usuário pode utilizar a combinação de teclas **Ctrl + W**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 19. Durante a elaboração do relatório quadrimestral de prestação de contas do CISCOPAR, um servidor inseriu um gráfico de linhas no Microsoft Word 365 para demonstrar a evolução do número de consultas e exames especializados realizados pelos municípios consorciados. Para facilitar a leitura e a interpretação dos dados pelos Prefeitos e Secretários de Saúde na assembleia do consórcio, o servidor percebeu que precisava adicionar um **Título aos Eixos**, identificando os meses e a quantidade de atendimentos, e exibir a **Tabela de Dados** com os valores exatos logo abaixo do gráfico. Para adicionar esses componentes específicos ao gráfico, o servidor deve selecionar o gráfico e clicar em qual dos seguintes ícones flutuantes?

- (A) Filtros de Gráfico (ícone de funil).
- (B) Estilos de Gráfico (ícone de pincel).
- (C) Elementos do Gráfico (ícone de sinal de adição).
- (D) Opções de Layout (ícone de arco/linhas vazadas).

Questão 20. Um servidor do CISCOPAR está consolidando os gastos com exames e procedimentos especializados para emitir o relatório de prestação de contas do quadrimestre. No Microsoft Excel 365, ele possui uma planilha de auditoria com várias linhas lançadas, em que a coluna B indica o Município consorciado correspondente (com os nomes de municípios como Toledo, Palotina e Assis Chateaubriand se repetindo ao longo das linhas) e a coluna E indica o valor da respectiva nota fiscal de serviço. Para obter o valor total acumulado de todos os valores despendidos exclusivamente pelo município de Toledo, o servidor deve utilizar a seguinte fórmula:

- (A) =CONT.SE(B:E; "Toledo")
- (B) =SOMA(B:B="Toledo" + E:E)
- (C) =PROCV("Toledo"; B:E; 4; FALSO)
- (D) =SOMASE(B:B; "Toledo"; E:E)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Um consórcio intermunicipal de saúde figura como réu em uma ação de cobrança movida por uma empresa de fardamentos. A citação do consórcio (associação pública de direito público) foi realizada por meio de portal eletrônico próprio, nos termos da legislação processual. O Assessor Jurídico foi intimado para apresentar a contestação. De acordo com as normas fundamentais, de comunicação dos atos e de prazos da Fazenda Pública no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O consórcio público goza de prazo em dobro para contestar, devendo o dia do começo do prazo ser determinado, obrigatoriamente, pela data de juntada aos autos do mandado de citação cumprido pelo oficial de justiça.
- (B) Os prazos processuais para o consórcio público, por envolver verba e interesse da saúde pública, contam-se de forma contínua, não se suspendendo nos finais de semana ou feriados.
- (C) O dia do começo do prazo para contestar será o primeiro dia útil seguinte ao da consulta ao teor da citação eletrônica ou do término do prazo para que a consulta se dê.
- (D) A prerrogativa do prazo em dobro para manifestações processuais é perdida caso o consórcio figure no polo passivo em litisconsórcio com um dos Municípios que o integram.

Questão 22. Um consórcio intermunicipal de saúde, constituído sob a forma de associação pública, celebrou um contrato administrativo para aquisição de insumos hospitalares. Diante do inadimplemento da empresa contratada, o Assessor Jurídico foi consultado sobre a possibilidade de aplicação de sanções administrativas e a retenção de créditos contratuais para satisfação da multa. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), analise as assertivas abaixo:

- I. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar competirá exclusivamente ao Ministro de Estado ou ao Secretário Estadual ou Municipal de Saúde do ente consorciado afetado, vedada a delegação ao comitê executivo do consórcio.
- II. A administração do consórcio público poderá reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor da multa aplicada, independentemente de prévia decisão judicial, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- III. Caso o consórcio precise ajuizar ação para cobrança judicial da multa, a competência territorial processual será obrigatoriamente determinada pelo domicílio da empresa ré, sendo nula qualquer cláusula de eleição de foro que estipule a comarca da sede do consórcio.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

Questão 23. Um consórcio intermunicipal de saúde pretende alienar um imóvel de sua propriedade que não está sendo utilizado para as atividades assistenciais. O Assessor Jurídico emite parecer sobre as exigências legais para a operação. De acordo com o Código Civil e com a Lei nº 14.133/2021, analise as duas proposições a seguir e a relação entre elas:

- I. A alienação de bens imóveis de propriedade do consórcio público, na condição de associação pública, exige autorização legislativa formal em cada um dos municípios consorciados, além de avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

PORQUE

- II. Os bens pertencentes às autarquias e associações públicas são classificados legalmente como bens públicos dominicais quando não destinados ao serviço público ou ao uso comum, mantendo as características de impenhorabilidade e imprescritibilidade, mas admitindo alienação observados os requisitos legais.

A respeito dessas proposições, pode-se afirmar que:

- (A) A proposição I é falsa, e a proposição II é verdadeira.
- (B) A proposição I é verdadeira, e a proposição II é falsa.
- (C) As proposições I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (D) As proposições I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 24. O Presidente de um consórcio intermunicipal de saúde removeu de ofício um servidor público ocupante de cargo efetivo de Enfermeiro para uma subsele distante, justificando o ato estritamente na "conveniência do serviço". Contudo, restou comprovado por documentos internos que a remoção ocorreu unicamente porque o servidor havia testemunhado em um processo administrativo disciplinar contra um aliado político do Presidente. De acordo com a Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo) e com a Constituição Federal, avalie as seguintes afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () O ato de remoção é inteiramente válido, uma vez que a remoção por interesse da administração possui natureza puramente discricionária, não se submetendo ao controle judicial de mérito quanto aos motivos apresentados.
- () Houve vício relativo ao motivo e à finalidade do ato administrativo, configurando desvio de poder (ou desvio de finalidade), o que acarreta a nulidade insanável do ato de remoção.
- () O consórcio público, com base no princípio da autotutela, tem o poder-dever de anular o ato ilegal, não gerando este ato direitos adquiridos para a administração ou para terceiros.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.

Questão 25. Um cidadão ajuizou uma Ação Popular contra um consórcio intermunicipal de saúde e seu Diretor-Executivo, visando anular um contrato de prestação de serviços médicos sem licitação fora das hipóteses legais, alegando lesão ao erário e violação à moralidade administrativa. O consórcio foi citado para contestar. De acordo com a Lei nº 4.717/1965 (Ação Popular) e com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O consórcio intermunicipal de saúde poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá optar por atuar ao lado do autor popular, desde que isso se mostre útil ao interesse público.
- (B) Em caso de revelia do Diretor-Executivo e do consórcio, aplicar-se-ão integralmente os efeitos materiais da revelia, presumindo-se verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor, independentemente de provas.
- (C) A sentença que julgar a ação popular procedente determinará a nulidade do ato lesivo e condenará os responsáveis e beneficiários diretos ao pagamento de perdas e danos.
- (D) Caso o autor desista da ação popular, qualquer cidadão ou o Ministério Público poderá dar prosseguimento ao feito.

Questão 26. Um consórcio intermunicipal de saúde adquiriu um equipamento de tomografia de última geração. Para a instalação, contratou uma empresa de engenharia. O engenheiro da empresa, agindo culposamente no exercício da função contratada nas dependências do consórcio, danificou a rede elétrica do hospital municipal gerido pela associação, gerando prejuízos materiais ao hospital e interrupção do atendimento. De acordo com o Código Civil e com as regras de Responsabilidade Civil do Estado constantes na Constituição Federal, analise as assertivas:

- I. O consórcio intermunicipal de saúde responde de forma objetiva pelos danos causados pelo prestador de serviço terceirizado, com base no risco administrativo, cabendo ação de regresso contra o culpado.
- II. Trata-se de hipótese de responsabilidade civil exclusivamente subsidiária do consórcio, dependendo a cobrança da prévia e total insolvência da empresa de engenharia contratada.
- III. Os municípios consorciados respondem solidária e ilimitadamente pelos danos causados pelo consórcio, independentemente do que constar no contrato de rateio ou estatuto.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 27. Um consórcio intermunicipal de saúde foi condenado em primeira instância ao pagamento de indenização por erro médico ocorrido em uma de suas unidades. A sentença foi proferida contra a associação pública sem que houvesse sido realizada a audiência de conciliação prevista no procedimento comum. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), classifique as assertivas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A ausência de designação de audiência de conciliação ou mediação gera nulidade absoluta insanável do processo, mesmo que a Fazenda Pública tenha manifestado expressamente desinteresse na autocomposição.
- () A sentença proferida contra o consórcio público (associação pública) está sujeita ao duplo grau de jurisdição necessário (remessa necessária), não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal, ressalvadas as hipóteses de valor certo inferior aos limites legais.
- () O *amicus curiae* poderá ser admitido no processo em fase recursal por decisão irrecorrível do relator, caso o tema debatido demonstre relevância e especificidade.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.

Questão 28. Relacione corretamente a modalidade de intervenção do Estado, presente na Coluna 1, na propriedade com a situação fática ocorrida em um consórcio intermunicipal de saúde, disposto na Coluna 2, de acordo com o Direito Administrativo e com o Código Civil:

Coluna 1:

- 1) Ocupação Temporária.
- 2) Servidão Administrativa.
- 3) Limitação Administrativa.

Coluna 2:

- () O consórcio institui o direito de passagem de tubulações de oxigênio hospitalar subterrâneas em terreno vizinho privado, em caráter permanente, mediante registro imobiliário.
- () O Município onde fica a sede do consórcio proíbe a construção de edifícios com mais de três andares no entorno do heliponto do hospital de pronto-socorro administrado pelo consórcio.
- () O consórcio utiliza terreno privado vizinho, desprovido de edificações, para o canteiro de obras e depósito de areia durante a reforma da ala de urgência, pelo prazo de três meses.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 2 - 3 - 1.
- (B) 1 - 2 - 3.
- (C) 3 - 1 - 2.
- (D) 2 - 1 - 3.

Questão 29. Para viabilizar a ampliação do laboratório central de um consórcio intermunicipal de saúde, o Diretor-Executivo celebrou verbalmente um contrato de locação de um imóvel de propriedade de um particular pelo prazo de dois anos, estipulando que o consórcio pagaria o aluguel diretamente em serviços de exames laboratoriais para a família do proprietário. De acordo com o Código Civil e com as normas de Direito Administrativo sobre contratos, o negócio jurídico em questão é:

- (A) Válido, pois vigora no direito civil brasileiro o princípio da liberdade de formas dos negócios jurídicos, convalidando-se os ajustes verbais da Administração.
- (B) Anulável, dependendo a sua desconstituição de ação judicial a ser proposta por qualquer cidadão no prazo decadencial de quatro anos.
- (C) Nulo, por defeito de forma essencial, visto que os contratos administrativos e locações da Administração Pública devem ser obrigatoriamente escritos, e por ilicitude do objeto de pagamento (compensação de serviços públicos de saúde).
- (D) Inexistente, haja vista que a ausência de licitação prévia impede que o negócio atinja o plano da existência jurídica.

Questão 30. Um consórcio intermunicipal de saúde foi intimado da penhora de um de seus veículos de transporte de pacientes (ambulância) em cumprimento de uma sentença decorrente de uma ação trabalhista. O Assessor Jurídico apresentou impugnação arguindo a impenhorabilidade do bem. De acordo com a Constituição Federal, o Código Civil e o Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo:

- I.** Sendo o consórcio público constituído como associação pública de direito público, seus bens afetados ao serviço de saúde gozam de impenhorabilidade absoluta, devendo a execução seguir o regime constitucional de precatórios.
- II.** A impenhorabilidade dos bens públicos estende-se apenas aos bens imóveis, sendo os bens móveis (como veículos e insumos) passíveis de constrição judicial direta para satisfação de créditos de natureza alimentar.
- III.** O regime de precatórios é inaplicável aos consórcios intermunicipais por possuírem receita originária do rateio entre entes diversos, aplicando-se a penhora online via sistemas eletrônicos de forma prioritária.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 31. Um consorciado ingressou com um Mandado de Segurança contra o ato do Presidente de um consórcio intermunicipal de saúde que negou acesso a relatórios financeiros e cópias de notas fiscais de compras de medicamentos, sob alegação de que os dados envolviam segredo comercial das indústrias farmacêuticas fornecedoras. De acordo com a Lei nº 12.016/2009 (Mandado de Segurança) e com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Mandado de Segurança será extinto sem julgamento de mérito porque a via correta para obtenção de documentos públicos negados pela administração é exclusivamente o Habeas Data.
- (B) O segredo comercial das empresas contratadas prevalece sobre o princípio da publicidade, tornando legítimo o sigilo dos valores e notas fiscais constantes em processos de dispensa de licitação.
- (C) Os consórcios públicos submetem-se aos ditames da Lei de Acesso à Informação, sendo nula a negativa que impeça o controle social de gastos públicos em contratos e aquisições que utilizem recursos públicos.
- (D) Diante da recusa, cabe ao Poder Judiciário fixar multa pecuniária pessoal diária (astreintes) unicamente em desfavor da pessoa jurídica do consórcio, vedada a responsabilização funcional do Presidente do órgão.

Questão 32. Em decorrência de fortes chuvas que danificaram a estrutura do almoxarifado central de um consórcio intermunicipal de saúde, houve perda de medicamentos essenciais. Para evitar a interrupção do atendimento à população, o Assessor Jurídico foi consultado sobre a possibilidade de contratação direta emergencial. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, classifique as assertivas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () É dispensável a licitação para contratação de bens necessários ao atendimento da situação emergencial, limitando-se a contratação à parcela necessária para afastar o perigo iminente.
- () Na contratação direta por emergência, a Administração fica desobrigada de realizar a pesquisa de preços de mercado, bastando a justificativa da escolha do fornecedor em razão da urgência.
- () O contrato administrativo decorrente da dispensa emergencial não poderá ser prorrogado além dos limites estritos previstos em lei para o atendimento daquela situação fática.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.

Questão 33. O Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública em face de um consórcio intermunicipal de saúde para compelir a associação a realizar um concurso público para cargos de provimento efetivo, apontando o excesso de contratações temporárias irregulares. O juiz de primeiro grau concedeu tutela de urgência determinando o afastamento imediato de todos os temporários. De acordo com a Lei nº 7.347/1985 (Ação Civil Pública) e com o Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

- I.** Da decisão do juiz que concede tutela de urgência em sede de Ação Civil Pública caberá recurso de Agravo de Instrumento, a ser interposto diretamente perante o Tribunal competente.
- II.** A propositura da ação civil pública pelo Ministério Público previne a competência do juízo para todas as ações posteriormente ajuizadas que possuam o mesmo objeto ou causa de pedir.
- III.** A sentença proferida na ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se a ação for julgada improcedente por insuficiência de provas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 34. Um consórcio intermunicipal de saúde contratou uma empresa de fornecimento de ambulâncias. Durante a execução, constatou-se que os sócios da empresa utilizavam a pessoa jurídica para desviar patrimônio particular e esvaziar o caixa da empresa contratada, impossibilitando o adimplemento das obrigações contratuais e gerando prejuízo ao consórcio. O Assessor Jurídico estuda provocar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. De acordo com o Código Civil e com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A desconconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada estende as obrigações automaticamente a todos os empregados celetistas da firma individual.
- (B) O preceito da desconconsideração independe de contraditório prévio, operando-se por meio de liminar inaudita altera parte deferida de ofício pelo magistrado.
- (C) O desvio de finalidade caracteriza-se pela mera insolvência da pessoa jurídica decorrente de riscos normais do mercado econômico.
- (D) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica suspende o processo de execução principal e exige a demonstração de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.

Questão 35. O Estado membro "X" editou uma lei estadual disciplinando os requisitos para contratação e a jornada de trabalho dos profissionais de saúde vinculados especificamente a consórcios públicos no âmbito de seu território. O Governador entende que a norma viola a repartição constitucional de competências. De acordo com as regras constitucionais de competência e com a Lei nº 9.868/1999 (Processo e Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Governador do Estado não possui legitimidade ativa para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, restringindo-se essa faculdade ao Procurador-Geral da República.
- (B) A concessão de medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade exige a oitiva prévia da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, no prazo improrrogável de trinta dias, vedada qualquer concessão sem manifestação.
- (C) Compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, sendo inconstitucional a referida lei estadual, cuja higidez poderá ser questionada pelo Governador mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF.
- (D) A decisão que declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma em sede de controle concentrado produz efeitos retroativos automáticos e vinculantes apenas para as partes integrantes do processo originário.

Questão 36. Um grupo de servidores celetistas contratados por um consórcio intermunicipal de saúde impetrou Mandado de Injunção coletivo perante o Poder Judiciário, alegando que a ausência de lei regulamentadora específica inviabiliza o exercício do direito constitucional à greve na condição de trabalhadores vinculados à prestação de serviços essenciais de saúde. De acordo com as normas da Constituição Federal sobre remédios constitucionais e direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Concedido o mandado de injunção, a decisão judicial suprirá a omissão legislativa determinando, em regra, as condições em que o direito constitucional será exercido ou fixando prazo para que o órgão omisso edite a norma.
- (B) O Mandado de Injunção é o remédio cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, excluídos os direitos sociais.
- (C) A legitimidade passiva para responder pelo Mandado de Injunção em face da ausência de lei geral nacional regulamentadora de direito previsto na Constituição Federal é do próprio consórcio intermunicipal.
- (D) A decisão proferida em sede de mandado de injunção coletivo possui eficácia estritamente limitada às partes impetrantes, sendo vedada a extensão de seus efeitos aos demais servidores da categoria.

Questão 37. Uma empresa contratada por um consórcio intermunicipal de saúde para a entrega de aparelhos de ar-condicionado hospitalares realizou a entrega dos bens com defeitos ocultos (vício redibitório), os quais comprometeram o funcionamento das salas de cirurgia. O consórcio constatou o defeito em inspeção técnica interna realizada após o recebimento. De acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA sobre o exercício do direito do consórcio contra a empresa.

- (A) O prazo para exigir indenização por perdas e danos decorrentes do vício contratual é de natureza prescricional e pode ser alterado por convenção das partes no edital de licitação.
- (B) Por se tratar de pessoa jurídica de direito público, as ações movidas pelo consórcio público contra particulares são imprescritíveis e imunes à decadência civil.
- (C) A interrupção da prescrição promovida pelo consórcio em face do fornecedor principal não aproveita contra o fiador ou garantidor solidário do contrato.
- (D) O direito de obter a redibição ou o abatimento no preço extingue-se por prazo decadencial previsto em lei, correndo o prazo a partir da ciência ou da entrega, conforme os critérios legais estabelecidos para vícios ocultos.

Questão 38. Em sede de planejamento orçamentário anual, a assessoria contábil de um consórcio intermunicipal de saúde consulta a assessoria jurídica sobre as regras de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e precatórios judiciais. De acordo com as disposições da Constituição Federal e as normas de Direito Financeiro, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas em virtude de sentença judiciária far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, ressalvados os créditos de natureza alimentícia e os de pequeno valor.
- (B) Os consórcios públicos de direito público estão autorizados constitucionalmente a captar recursos por meio da emissão de títulos da dívida pública para o pagamento exclusivo de RPVs em atraso.
- (C) As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril devem ser liquidadas obrigatoriamente até o encerramento do exercício financeiro do ano subsequente, monetariamente atualizadas.
- (D) O presidente do tribunal prolator da decisão condenatória poderá determinar o sequestro dos recursos financeiros do consórcio se houver preterição do direito de precedência do credor.

Questão 39. Um consórcio intermunicipal de saúde foi acionado judicialmente por um sindicato que cobra contribuição sindical patronal urbana. O Assessor Jurídico prepara a contestação sustentando a natureza jurídica de direito público da entidade consorciada e as restrições tributárias. De acordo com o Código Tributário Nacional e com as diretrizes de Direito Tributário, classifique as seguintes assertivas em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A taxa, modalidade de tributo, exige para a sua instituição e cobrança a contraprestação de um serviço público específico e divisível, ou o exercício regular do poder de polícia pelo ente federado competente.
- () O crédito tributário decorrente de tributo municipal lançado contra o consórcio prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- () As associações públicas, por possuírem patrimônio decorrente de cotas de entes públicos autônomos, detêm capacidade tributária ativa para instituir contribuições de melhoria em face de imóveis lindeiros aos hospitais do consórcio.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.

Questão 40. O Diretor-Executivo de um consórcio intermunicipal de saúde tomou uma decisão administrativa que gerou despesas sem a observância de formalidades secundárias previstas no regulamento interno, visando garantir a manutenção emergencial de respiradores durante uma crise sanitária local. O Assessor Jurídico é provocado a se manifestar sobre a responsabilização do gestor perante os órgãos de controle. De acordo com a introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Na esfera administrativa, as decisões sobre regularidade de conduta de gestores públicos devem considerar as circunstâncias práticas que houverem imposto ou condicionado a ação do agente.
- (B) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de qualquer modalidade de culpa, inclusive a culpa leve ou erro escusável.
- (C) A invalidação de ato administrativo por vício formal impõe a punição automática do gestor, vedada a fixação de regime de transição para cumprimento da nova orientação.
- (D) As regras do direito brasileiro aplicam-se ao Poder Judiciário, sendo inaplicáveis ao controle exercido pelos Tribunais de Contas sobre consórcios públicos.

Questão 41. Um consórcio intermunicipal de saúde celebrou um contrato administrativo para obras de reforma de uma policlínica. Durante a execução, o consórcio determinou uma alteração unilateral do projeto de engenharia para ampliar a sala de espera, o que gerou acréscimo nos quantitativos originalmente previstos. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, analise as proposições sobre os limites e prerrogativas da alteração contratual:

- I. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- II. A alteração unilateral do contrato por iniciativa da Administração dispensa a celebração de termo aditivo formalizado por escrito, bastando o registro das novas ordens de serviço no diário de obras eletrônico.
- III. Caso a alteração unilateral modifique a composição financeira do contrato, rompendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial, este deverá ser restabelecido concomitantemente à alteração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 42. Um consórcio intermunicipal de saúde ajuizou uma ação em face de um laboratório farmacêutico privado para fornecimento imediato de medicamentos oncológicos retidos indevidamente pela empresa após o pagamento antecipado. O Assessor Jurídico pleiteia uma tutela provisória em caráter antecedente. De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Concedida a tutela de urgência em caráter antecedente, o processo será extinto imediatamente se o réu contestar o mérito da ação principal no prazo comum.
- (B) A tutela de urgência de natureza cautelar exige obrigatoriamente a prestação de caução real ou fidejussória idônea por parte do consórcio público, sob pena de indeferimento automático.
- (C) A tutela de evidência será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo se ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte ré.
- (D) O indeferimento da tutela provisória impede o autor de formular o pedido principal no mesmo processo, operando-se a coisa julgada material sobre o direito alegado.

Questão 43. Em virtude de centenas de ações judiciais ajuizadas por servidores de um consórcio intermunicipal de saúde pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade calculado sobre bases diversas, o Tribunal de Justiça resolveu afetar o tema para julgamento sob o rito de demandas repetitivas.

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o instrumento processual adequado e seus efeitos.

- (A) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) pressupõe a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (B) A instauração do incidente de demandas repetitivas impede o *amicus curiae* de se manifestar nas sessões de julgamento, limitando a intervenção processual às partes originárias do caso piloto.
- (C) Julgado o mérito do incidente, a tese jurídica fixada pelo Tribunal de Justiça terá eficácia meramente persuasiva, sendo facultada a sua não aplicação pelos juízes de primeiro grau vinculados ao mesmo tribunal.
- (D) A desistência do autor na ação que serviu como causa piloto para o incidente obsta o julgamento do mérito da tese jurídica pelo colegiado do Tribunal, extinguindo-se o procedimento repetitivo.

Questão 44. Um consórcio intermunicipal de saúde celebrou um contrato de direito privado para fornecimento contínuo de oxigênio hospitalar. Em razão de atrasos nos repasses do Contrato de Rateio por parte dos Municípios consorciados, o consórcio deixou de pagar as faturas da fornecedora nas datas de vencimento. Diante do inadimplemento, a empresa notificou o consórcio, exigindo a aplicação de cláusula penal e juros, além de ameaçar cobrar a dívida diretamente e de forma integral do Município sede do consórcio. De acordo com as normas sobre adimplemento e inadimplemento das obrigações no Código Civil brasileiro e com a Lei nº 11.107/2005, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A fornecedora de oxigênio pode cobrar a integralidade da dívida diretamente de qualquer um dos municípios integrantes do consórcio, visto que os entes consorciados respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações da associação.
- (B) O consórcio responde pelo inadimplemento e fica sujeito aos juros e à cláusula penal, pois a falta de repasse de entes consorciados integra o risco de sua atividade e não constitui caso fortuito ou força maior liberatória.
- (C) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no vencimento, só constitui o consórcio em mora após a sua notificação judicial ou extrajudicial pela credora.
- (D) O atraso no pagamento decorrente de falha no repasse público extingue a obrigação principal por perda do objeto, restando à fornecedora apenas o direito de pleitear indenização por lucros cessantes.

Questão 45. Um consórcio intermunicipal de saúde determinou a alteração unilateral de um contrato administrativo de engenharia para adequação técnica do projeto de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento). O Assessor Jurídico analisa as minutas enviadas pelo setor de contratos. De acordo com as regras de alteração dos contratos na Lei nº 14.133/2021, analise as proposições abaixo:

- I. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- II. As alterações unilaterais quantitativas ou qualitativas que ultrapassarem o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dependem estritamente do acordo voluntário escrito entre a Administração e o contratado.
- III. A formalização das alterações contratuais deve ocorrer obrigatoriamente por meio de termo aditivo escrito, salvo pequenas modificações de engenharia que não alterem o valor ou o objeto, que podem ser registradas por simples apostila.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 46. Um consórcio intermunicipal de saúde necessita regulamentar o procedimento interno de sindicância e inquérito administrativo para apuração de faltas funcionais de seus servidores. O Assessor Jurídico estuda as balizas fixadas pela jurisprudência vinculante e pela Lei nº 9.784/1999. Diante disso, analise as assertivas abaixo de acordo com as Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal:

- I. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- II. É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- III. Ofende o princípio do contraditório e da ampla defesa a exoneração de servidor admitido por concurso público sem o devido processo administrativo prévio.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 47. Um consórcio intermunicipal de saúde pretende realizar uma licitação para a formação de registro de preços voltada à aquisição futura e parcelada de medicamentos de uso contínuo, visando atender à demanda de dez municípios que compõem a associação. De acordo com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e as regras gerais da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ata de registro de preços do consórcio possui prazo de validade improrrogável de até noventa dias, contados da data de sua publicação oficial na imprensa local.
- (B) O Sistema de Registro de Preços é de uso exclusivo para a modalidade de licitação de leilão, sendo vedada a sua utilização associada ao pregão ou à concorrência.
- (C) É vedada em qualquer hipótese a inclusão de novos municípios como órgãos aderentes (caronas) em atas de registro de preços gerenciadas por consórcios intermunicipais de saúde.
- (D) A existência de preços registrados firmados em ata de registro de preços não obriga a Administração do consórcio a firmar as contratações decorrentes, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

Questão 48. Em sede de execução fiscal movida por um Município integrante contra um consórcio intermunicipal de saúde para a cobrança de IPTU sobre o imóvel onde funciona a sede administrativa da associação, o Assessor Jurídico invoca a imunidade tributária recíproca. De acordo com a Constituição Federal e com o Código Tributário Nacional, analise o trecho abaixo:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde, constituído como associação pública, possui natureza jurídica de _____, integrando a administração _____ dos municípios consorciados. Por tal razão, goza de imunidade tributária _____ quanto aos impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados às suas finalidades essenciais.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) pessoa jurídica de direito privado / direta / parcial.
- (B) autarquia / indireta / recíproca.
- (C) empresa pública / indireta / recíproca.
- (D) autarquia / direta / parcial.

Questão 49. Centenas de servidores de um consórcio intermunicipal de saúde ajuizaram ações individuais pleiteando o pagamento de reflexos salariais decorrentes de gratificações. Diante do risco de decisões conflitantes, discute-se a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE os requisitos e o regime do incidente.

- (A) A instauração do incidente pressupõe a desistência obrigatória de todas as ações individuais em curso, sob pena de extinção do procedimento repetitivo por litispendência.
- (B) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) exige cumulativamente a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica.
- (C) A tese jurídica firmada pelo Tribunal no julgamento do incidente possui caráter meramente orientador, preservando a livre convicção motivada dos magistrados para decidir em sentido contrário.
- (D) É vedada a participação de terceiros ou do *amicus curiae* no procedimento de fixação da tese, restringindo-se o debate aos procuradores das partes do processo-piloto.

Questão 50. Em uma licitação realizada por um consórcio intermunicipal de saúde para a contratação de serviços de limpeza hospitalar sob o regime da Lei nº 14.133/2021, a proposta classificada em primeiro lugar apresentou indícios de inexecutabilidade. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, analise o excerto abaixo:

No caso de serviços comuns com dedicação exclusiva de mão de obra, a proposta será considerada inexecutável quando for inferior à _____ do valor orçado pela Administração, sendo que a convalidação de vícios formais na planilha de custos _____ se demonstrado que o preço final é suficiente para cobrir os custos do contrato.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) 50% (cinquenta por cento) / é vedada em qualquer hipótese.
- (B) 75% (setenta e cinco por cento) / é permitida.
- (C) 60% (sessenta por cento) / é permitida.
- (D) 80% (oitenta por cento) / é vedada em qualquer hipótese.